

O segundo número da Revista *Philorosae* tem como tema ***Utopias, Distopias e Não Utopias***. É provável que este tema pouco significado suscite numa sociedade conectada de forma real e virtual à escala global e que pouco interesse desencadeie num tempo da humanidade em que tudo se pretende célere, preciso, rotineiro, mecânico, pronto-a-vestir, *pronto-a-comer* e *pronto-a-correr*, num mundo do espetáculo e do desperdício, onde os produtos são acessíveis por muitos, sendo rapidamente descartáveis. Uma parte da humanidade vive obcecada em manter postos de trabalho num mercado altamente competitivo, que, por sua vez, se alimenta de super-heróis acumuladores de horas laborais, do fabrico incessante e em série e dos índices máximos de produtividade, originando uma sociedade do cansaço, de saúde mental frágil e com taxas elevadíssimas de síndrome de *burnout* sem precedentes na história mundial.

Outra parte da humanidade, de facto, não tem condições para compreender e ler a marcha atual do mundo, seja porque não teve uma educação adequada, seja porque tem de lutar diariamente para obter alimentos e sobreviver. Sejam quais forem as razões, muitas pessoas situadas em ambos os hemisférios e estando localizadas geograficamente no norte ou no sul do planeta partilham alguns aspetos em comum: não têm tempo para compreender o verdadeiro significado da vida, não têm tempo para ler o mundo, não têm a preparação necessária para refletir criticamente sobre as coisas que as rodeiam, ou não pretendem ter a preparação necessária para estes efeitos.

É neste sentido que, por exemplo, entre outros, Agostinho da Silva considerou e refletiu, ainda em pleno século XX e de forma bastante acutilante, sobre a gratuitidade da vida. A gratuitidade da vida, como Artur Manso faz questão de explicar no seu artigo *Educação e Utopia – Fragmentos de Interpretação*, consiste numa visão da humanidade em que todos nós nascemos de graça, mas todos temos o fardo de ganhar a vida, porque ela, sobretudo à medida que nos tornamos adultos, deixa de ser livre e gratuita. É neste sentido

que o pensador transmontano defende que “não ter um emprego, viver sem ofício nem benefício é o melhor bem que pode suceder à humanidade, pois a obrigação é ser aquilo que efetivamente desejar, tanto mais que a escola apenas se dirige à eficácia de uma vida futura que se quer materialmente bem-sucedida”. Ambos os pensadores, Agostinho da Silva e Artur Manso, apelam para um tempo que deve contrariar o decurso normal, não só dos processos da escolaridade, como também da atual configuração da sociedade, tendo como premissas fundamentais o espírito da criança e a imprevisibilidade do poeta à solta que deve viver para o ócio. Com efeito, é importante destacar que as ideias destes autores são muito anteriores às ideias expressas nos *best sellers* de Rutger Bregman, um jovem historiador que defende na sua obra *Utopia para Realistas* (a primeira edição em Portugal foi lançada em fevereiro de 2018, pela Editora Bertrand), o Rendimento Básico Incondicional, a livre circulação de pessoas no mundo e a redução drástica da carga horária de trabalho semanal para 15 horas. Tendo ecoado o sucesso mundial deste livro para a sua publicação em trinta e três idiomas, não deixa de ser notável assinalar a força da filosofia e da utopia que continuam a inspirar as ciências e outras formas de conhecimento para a execução prática dos seus ideais. É interessante notar que Agostinho da Silva defende a gratuidade da vida e a livre circulação de pessoas pelo menos desde 1950 a 1970, e Artur Manso tem vindo a expressar estas ideias desde o final do século passado e início deste século, para não falar de que estes autores ainda possuem ideias bem mais irreverentes em relação aos empregos e cargas horárias, como se poderá constatar no texto de Manso aqui publicado. Também não podemos deixar de fazer notar que, se muitos autores que pensam e falam em português tivessem nascido em países anglo-saxónicos ou em outros tecnologicamente desenvolvidos, as suas ideias teriam outro tipo de disseminação e correspondência mundial, bem como, possivelmente, outro tipo de fama e glória.

Para terminar, sem pretender retirar protagonismo ao jovem pensador holandês, o seu último livro *Humanidade – Uma história de Esperança* (2021, Bertrand) é um ensaio que ficou mundialmente conhecido por defender a premissa de que o ser humano possui a tendência para a cooperação,

altruísmo e bondade, ao contrário do que muitos teóricos sociais defendem. É importante, aqui, mencionar Jean-Jacques Rousseau, que, no século XVIII, considerou que o homem é naturalmente bom, só a sociedade é que o torna mau e decadente. Nesta linha de horizonte, Agostinho da Silva considera, em pleno século XX, que o homem não é naturalmente bom, é excelente, e que, por isso, a sociedade deveria criar um conjunto de exceções aplicadas a estes seres excepcionais, que são as mulheres e os homens. De novo, eis aqui demonstrada a força da utopia, a força das ideias e a importância da filosofia, não importa em que língua sejam registadas. E mais uma vez, ousamos dizer que cabe às ciências demonstrar, através dos seus métodos, das suas hipóteses e experimentações, a validade dos argumentos filosóficos, procurando revestir os ideais filosóficos com outras formas, de modo a operacionalizar a utopia em fórmulas sociais e tecnológicas que efetivamente, possam tornar a humanidade melhor. Pensamos, sinceramente, que é isso que Rutger Bregman está a desenvolver, isto é, a operacionalizar estas ideias utópicas em fórmulas sociais, populares e de mais fácil compreensão, de modo a que possam beneficiar a humanidade. É importante, no entanto, para todos os autores, sobretudo se forem investigadores e historiadores, citarem as fontes correspondentes e os autores que anunciaram estas ideias, independentemente da sua nacionalidade ou da língua em que as expressem. Em plena era digital, não há fronteiras nem desculpas em relação à opacidade de que as línguas possam revestir-se.

Esta parte inicial foi importante para se compreender o valor da utopia, sobretudo para a contemporaneidade. Em termos históricos, o termo utopia, que significa um “lugar que não existe”, foi criado por Thomas More no seu livro *Utopia*, publicado no século XVI. Nesta obra, Thomas More idealiza uma sociedade perfeita numa ilha (a ilha de Utopia), onde reinam a justiça, a igualdade, a fraternidade, a tolerância, o ecumenismo e a ausência de propriedade privada; nesse mundo ideal, todos os *utopianos* seriam felizes e viveriam em harmonia, o que contrastava com o ambiente decadente de corrupção, maldade, intolerância e ganância que se fazia sentir em muitas partes no mundo, especialmente na Europa. Thomas More trouxe, com o pensamento utópico, a novidade de que se poderia

conceber um mundo melhor, uma sociedade perfeita, um modelo imaginário que serviria para criticar, refletir e melhorar, em todos os aspetos, as grandes imperfeições e injustiças da sociedade em que vivemos, independentemente das eras.

É precisamente com a obra clássica de Thomas More que a autora Cyntia Nataly Malcher Bezerra vai comparar com a proposta e mensagem do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST), no seu artigo *Utopia é Semente: Notas Sobre a Sociedade Almejada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. A investigadora, através deste movimento social, irá constatar que não só é reivindicada uma reforma agrária profunda no Brasil, como também esta reforma agrária ambiciona uma alteração no paradigma do sistema social e político da sociedade brasileira. Neste sentido, tendo em consideração que os valores que o MST defende são semelhantes a alguns princípios fundamentais da ilha de *Utopia*, é possível referir que este movimento não se constitui apenas como um conjunto de discursos contra-hegemónicos que abalam o *status quo* da sociedade brasileira, mas o próprio movimento se estatui como revolucionário, irreverente e contra-hegemónico.

Em relação ao termo “utopia” de Thomas More, é necessário indicar, porém, que as concepções utópicas remontam à antiguidade. Das obras mais famosas, numa perspetiva ocidental, podemos referenciar a *República*, de Platão, que preconiza uma sociedade perfeita, onde prevalece a justiça e o equilíbrio das virtudes humanas, sabiamente presidida por um filósofo-rei. Na idade média, *A Cidade de Deus*, de Santo Agostinho, almeja por uma sociedade onde é possível desabrochar a centelha divina existente em cada cidadão; no renascimento, *A Cidade do Sol* (1602), de Tommaso Campanella, apresenta uma sociedade igualitária de cariz teocrático; *A Nova Atlântida* (1610), de Francis Bacon, abandona a concepção medieval utópica religiosa, inscrevendo, no seu lugar, uma utopia de natureza tecnológica e científica, que coloca a ciência como o meio e o destino final da civilização humana. Obras de Nicolau de Cusa e de Giordano Bruno, entre muitos outros autores, não podem ser desconsideradas do enquadramento utópico.

No século das luzes, a obra de Voltaire, *Cândido* (1758), irá criticar a ideologia que considera que se vive no melhor dos mundos possíveis; Jean-Jacques Rousseau considerará o homem naturalmente bom, só a sociedade é que o tornou cínico, decadente e mau por natureza. Desviado das suas tendências naturais intrínsecas, só o afastamento da sociedade e o regresso à natureza (educação) possibilitará a preservação do Homem em relação aos vícios e à corrupção das sociedades modernas.

No século XIX, imperará uma literatura de socialismo utópico, através de autores como Karl Marx, Charles Fourier, Robert Owen, Proudhon, entre outros.

No século XX, depois de *Uma Utopia Moderna*, de H.G. Wells, Zamiatine publicará o livro *Nós* (1920), considerada por muitos especialistas como a obra pioneira das distopias. É nesta sequência que serão publicadas obras distópicas famosas como, por exemplo, *Admirável Mundo Novo* (1930), de Aldous Huxley, que idealiza um futuro onde os seres humanos serão condicionados geneticamente; o livro *1984*, escrito por George Orwell em 1949, será considerado uma obra distópica fundamental na literatura e pensamento ocidentais por retratar um regime ditatorial, controlador e opressivo.

É com base na contemplação de alguns destes autores e obras utópicas mencionadas, que Vicente Paulino, através do seu artigo intitulado *Algumas Considerações Sobre Utopia, Ciência e Verdade na História da Humanidade*, desbravará o valor e a importância da utopia e a sua relação com a ciência, o conhecimento, a história e a verdade. O autor procurará compreender que o sonho acordado e a utopia são fases que antecedem a construção do conhecimento científico e que, por isso, a utopia consiste numa outra forma de contemplar a realidade, que não tem a ver com ilusão, demência, “fugas”, “evasões da realidade” ou “sonhos impossíveis”, mas inscreve-se como uma realidade alternativa e necessária à construção do conhecimento, sobretudo o científico.

Mas as utopias e distopias não existem apenas na literatura do ocidente. O pensamento utópico não se esgota apenas nas fronteiras do pensamento europeu e americano. De maneira alguma poderemos negligenciar a perspectiva utópica oriental, através da utopia confucionista, as fábulas na *Poesia e Prosa* de

Tao Yuanming, *A Cidade Virtuosa*, de Alfarabi, ou a perspetiva contemporânea anti-utópica de Jiddu Krishnamurti, entre outros. Também se apela, neste enquadramento, a autores de língua portuguesa que trabalharam em utopias e distopias e que raramente são comentados ou discutidos.

De facto, parece que é só em momentos em que o mundo fica suspenso, seja motivado por guerras, calamidades ou pandemias, como foi e está a ocorrer com a pandemia da Covid-19, que muitas vezes se fizeram ouvir para apontar a humanidade para outras direções, para outros desafios, para novos e destemidos projetos de natureza política, social e moral. É neste enquadramento que o artigo de Filipe Abraão Martins do Couto, intitulado *Do Comunismo Reinventado ao Capitalismo Tecnocrático – da Perspetiva Utópica de Slavoj Zizek à Visão Distópica de Byung-Chul Han sobre a Era Pós-coronavírus*, traz a lume duas propostas antagónicas, uma de natureza distópica e outra de natureza utópica. Por um lado, a utopia contemplada por Slavoj Zizek considera que já não é possível manter um sistema neoliberal global incapaz de lidar com o tratamento sanitário do coronavírus, as alterações climáticas e as catástrofes naturais e ecológicas que se anunciam. Neste sentido, considera que é necessário alterar o paradigma político mundial para uma espécie de comunismo reinventado, diferente do modelo da antiga União Soviética. A distopia anunciada por Byung-Chul Han, por sua vez, anuncia um futuro pós-Covid-19, cujo paradigma político poderá ser o sistema neoliberal global, fortemente capitalista, mas de teor antidemocrático, tecnocrático e autocrático.

Sem dúvida alguma, atualmente, numa era de transição da Covid-19 para a pós-Covid-19, seja esta transição de que natureza for, desenvolvem-se utopias à escala global, de natureza política, digital ou tecnológica, utopias verdes (ecotopias) e utopias religiosas/seculares; como também se imaginam distopias digitais e tecnológicas, distopias políticas, distopias verdes, entre outras, que são divulgadas em livros, documentários, séries de televisão de ficção científica, filmes de animação/*manga* e filmes de grande orçamento, entre outros, como as contribuições utópicas e distópicas de autores da literatura, cinema e filmes de animação asiática/japonesa; uns anunciaram

o fim das utopias; outros defendem a não-utopia em nome da atenção que tem de ser concedida ao presente. No entanto, para alguns, a utopia/distopia serve precisamente para melhorar o presente. Mas será que a utopia, quando concebe idealmente uma sociedade perfeita, não estará a impor um modelo dos comportamentos ideais, um modelo das mecânicas sociais e mesmo um novo paradigma do Homem?

É neste sentido que Saramago não gostava muito de utopias, ou pelo menos, do termo utopia. Maria Irene da Fonseca e Sá, através do seu artigo intitulado *A Utopia de Um Mundo Sem Guerras: O Pensar de José Saramago*, irá sonhar, através das obras de Saramago, a Utopia de Um Mundo sem Guerras. Num mundo revestido de problemas políticos, sociais e económicos, a utopia pode originar nas pessoas um convite à inércia e à falta de tomada de posições. Segundo o autor português, o que faz falta é a ação individual que lute contra o estado das coisas que se constituem verdadeiramente insuportáveis. Apesar de não ser partidário da utopia, ou da palavra “utopia”, Maria Irene e Sá irá explicar que o escritor português nunca deixou de ter esperanças no desbrochar de um homem novo, nunca deixou de acalentar expectativas, apesar do seu pessimismo, em relação à “insurreição ética” das pessoas, à revolução da paz e à revolução da bondade que cada Homem tem de encontrar, no interior de si próprio, para ser possível ir ao encontro de um mundo sem guerras.

Filipe Abraão Couto e Célia Oliveira
Editores